

POPULAÇÃO É FAVORÁVEL A MEDIDAS DE REGULAÇÃO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS

Cerca de 71% da população brasileira é contra a propaganda de alimentos que possam causar obesidade, tais como refrigerantes, bebidas açucaradas, salgadinhos e macarrão instantâneo. Diante da informação de que alguns países colocam selos nas embalagens desses produtos para advertir sobre quantidade de sal, açúcar, gordura e calorias, 88% concordam que a prática deveria ser adotada no Brasil. Este é o resultado da Pesquisa do Instituto Datafolha, encomendada pela ACT Promoção da Saúde para a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, feita em 120 municípios com 2.070 pessoas, em agosto.

Quando perguntada sobre aumento de preços e impostos desses produtos, a maioria concorda que diminuiria seu consumo: 74%. A facilidade de acesso em função de sub-tributação e preços baixos é um dos fatores de estímulo ao consumo e o aumento de preços e impostos de bebidas açucaradas é uma das medidas de combate a obesidade mais custo efetivas segundo a OMS.

“No Brasil o sistema tributário é tão distorcido que praticamente subsidiamos a epidemia da obesidade através de incentivos fiscais para as grandes empresas fabricantes de refrigerantes. Não é possível que seja mais fácil comprar uma lata de refrigerante do que uma fruta ou ter acesso à água potável. Entendemos que ambientes saudáveis geram escolhas saudáveis”, explica Paula Johns, diretora executiva da ACT Promoção da Saúde.

Estas são algumas das medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde e pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca) para conter o avanço da obesidade: aumento da tributação de bebidas açucaradas e adoçadas com adoçantes não calóricos ou de baixa caloria; restrição da publicidade e promoção de alimentos e bebidas não saudáveis dirigidas ao público infantil; restrição da oferta de bebidas e alimentos ultraprocessados nas escolas e aprimoramento das normas de rotulagem de alimentos que deixem a informação mais compreensível e acessível ao consumidor.

De acordo com o Inca, cerca de 13 em cada 100 casos de câncer no Brasil são atribuídos ao sobrepeso e a obesidade. O excesso de peso corporal está fortemente associado ao risco de desenvolver 13 tipos de câncer: esôfago (adenocarcinoma), estômago (cárdia), pâncreas, vesícula biliar, fígado, intestino (cólon e reto), rins, mama (mulheres na pós-menopausa), ovário, endométrio, meningioma, tireoide e mieloma múltiplo e possivelmente associado aos de próstata (avançado), mama (homens) e linfoma difuso de grandes células B.

Para o Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, a obesidade é uma questão séria para a sociedade brasileira, que vem mudando seus hábitos e passando a consumir mais alimentos ultraprocessados. “A pesquisa reforça que as medidas propostas são necessárias. É preciso que a informação dos rótulos dos alimentos ultraprocessados seja clara e a propaganda desses produtos precisa ser regulada”, explica Ana Paula Bortoletto, nutricionista do Idec.

A pesquisa Datafolha/Aliança também demonstra que aumentou a conscientização da população sobre os malefícios desses produtos. Em pesquisa anterior, de agosto de 2016, 64% dos brasileiros era contrária à venda de alimentos ultraprocessados para crianças em escolas, assim como à propaganda desses produtos para crianças até 12 anos. A amostra havia identificado que a população era favorável à regulamentação do marketing de produtos ultraprocessados: 60% dos entrevistados eram contrários a qualquer tipo de propaganda dirigido às crianças; 62% contra propaganda de produtos à base de leite açucarado; 64% contra a de sucos



Promoção da **Saúde**

industrializados; 67% contra a de salgadinhos e 72% contra a de refrigerantes. Além disso, 52% disseram ler os rótulos dos produtos alimentícios, mas apenas 14% diziam entendê-los bem.

A ACT e o Idec são membros da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável (<http://www.alimentacaosaudavel.org.br/>), um coletivo de organizações da sociedade civil que conta mais de 30 organizações, além de pesquisadores e cidadãos que trabalham pela promoção de políticas públicas de alimentação saudável. O aumento da taxação de bebidas açucaradas, a restrição da publicidade de alimentos ultraprocessados e a melhoria da rotulagem dos alimentos são alguns dos itens da agenda da Aliança.

A pesquisa está disponível em:

http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1196_Datafolha_alimentos_2017.pptx

Mais informações:

Anna Monteiro
Diretora de Comunicação
(21) 2255-0520 / (21) 99718-2349
anna.monteiro@actbr.org.br